



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Aos 17 dias do mês de julho de 2018, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14:00 Ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho RMI, relativas ao P JL n.º 766/XIII (3.ª) do PCP e às propostas de alteração;

15:00 Audição do Conselho Diretivo do Infarmed, requerida pelo PSD, sobre a transferência da sede do INFARMED para o Porto.

16:00 Audição da Comissão de Trabalhadores do Infarmed, requerida pelo PSD, sobre a transferência da sede do INFARMED para o Porto.

17:00

1. Discussão e votação das atas n.ºs 125, 127 e 128, de 28 de junho e de 5 e 11 de Julho;

2. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 468/XIII (3.ª) - Solicitam a «Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde» - Relator: Luis Soares;

3. Outros assuntos.

14:00 Ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho RMI, relativas ao P JL n.º 766/XIII (3.ª) do PCP e às propostas de alteração

O Presidente iniciou a reunião colocando à ratificação as votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho RMI, para a especialidade do P JL n.º 766/XIII (3.ª), do PCP, que diz respeito à «*obrigatoriedade de procedimento concursal para recrutamento dos médicos internos que concluíram com aproveitamento a formação específica*». As votações indiciárias foram ratificadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

15:00 Audição do Conselho Diretivo do Infarmed, requerida pelo PSD, sobre a transferência da sede do INFARMED para o Porto

O Presidente deu as boas vindas à Presidente do Conselho Diretivo (CD) do INFARMED, Maria do Céu Machado, que veio acompanhada pelo Vice-Presidente, Rui Ivo, pela vogal do CD, Sofia Oliveira Martins, pela Diretora dos Recursos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.º SL

Humanos, Financeiros e Patrimoniais, Cláudia Ferreira e por duas assessoras, Teresa Gorgulho e Luisa Couceiro.

O Deputado Ricardo Batista Leite, como ponto prévio, solicitou a disponibilização de parte da documentação sobre o INFARMED enviada pelo Gabinete do Ministro da Saúde à Comissão, uma vez que não se conseguiam abrir alguns ficheiros. A documentação em causa foi enviada a todos.

De seguida, a Deputada Ângela Guerra apresentou o requerimento do PSD que pede a audição, referindo a profunda preocupação com que o PSD acompanha este assunto, considerando precipitada e não fundamentada a decisão do Ministro sobre a deslocalização do INFARMED para o Porto, que entende não trazer vantagens e pode provocar problemas. Abordou várias questões que a deslocalização suscita, designadamente, a indisponibilidade dos trabalhadores e os custos financeiros decorrentes da mudança, a possibilidade de risco de descontinuidade e possíveis dificuldades com os processos que o INFARMED iria assumir com o Brexit, pedindo a opinião do CD.

O Deputado António Sales formulou perguntas sobre quais seriam as consequências da deslocalização no preço dos medicamentos e qual o impacto que teria sobre o investimento estrangeiro e sobre se faria sentido investir em novas instalações no Porto, havendo tantos hospitais que estão à espera de investimento.

O Deputado Moisés Ferreira lamentou que o Relatório do Grupo de Trabalho não tenha estudado vários cenários, mas apenas um, não o tendo comparado com a situação atual. Colocou diversas questões, nomeadamente, sobre a disponibilidade dos trabalhadores, sobre se as alterações recomendadas não poderiam ser postas em prática nas instalações em Lisboa e sobre o problema dos custos com as novas instalações.

A Deputada Isabel Galriça Neto considera que o que está em causa é defender o melhor interesse para o país, não podendo ser tomadas decisões sem fundamento e irresponsáveis, havendo muitos setores que alertam para as consequências da deslocalização. Formulou perguntas sobre as vantagens e desvantagens da deslocalização e sobre se ficariam em causa os compromissos assumidos por Portugal no que respeita ao Brexit.

A Deputada Carla Cruz manifestou a opinião de que estas decisões não devem ser tomadas de modo tempestivo e que esta não se integra num processo de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

regionalização. Tendo presente o Relatório do GT, colocou questões sobre o risco de descontinuidade da atividade do INFARMED, face à indisponibilidade para a mudança de tantos trabalhadores, para além dos custos decorrentes da sua mobilidade e também da formação de novos quadros, que iria ser necessária.

A Presidente do CD do INFARMED agradeceu o apoio da Comissão nesta questão. Deu explicações sobre as razões da indisponibilidade dos trabalhadores, salientando que perdê-los é perder produtividade. Considera que o processo de deslocalização total implicará quebra da atividade e custos em saúde pública. Detalhou a rotatividade de trabalhadores na instituição, bem como o absentismo, e comentou o Relatório, no que respeita à identificação das vantagens e inconvenientes, dizendo que não foi feita uma avaliação custo/benefício quantitativa, apenas qualitativa. Entende que tudo o que é apontado pelo Relatório, como melhorias a introduzir na instituição, poderia ser levado a cabo nas instalações em Lisboa. Chamou ainda a atenção para o facto de que o Relatório do GT se baseia muito num Relatório feito por um consórcio que não teve tempo nem ocasião para conhecer bem o INFARMED, pois só esteve cerca de 5 dias na instituição e não falou com toda a gente. Distribuiu a todos uma publicação relativa à atividade do INFARMED em 2017.

Na 2.ª ronda usaram da palavra, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Isaura Pedro, António Sales, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pela Presidente do CD e pelo seu Vice-Presidente.

O Presidente agradeceu a disponibilidade do Conselho Diretivo do INFARMED e as informações dadas, pedindo que transmitisse a todos os profissionais que podem contar com a Comissão.

O vídeo/gravação da audição pode ser acedido neste [link](#).

16:00 Audição da Comissão de Trabalhadores do Infarmed, requerida pelo PSD, sobre a transferência da sede do INFARMED para o Porto

O Presidente cumprimentou Rui Spínola, Presidente da Comissão de Trabalhadores (CT) do INFARMED, e os outros membros da delegação, Bruno Cordeiro, Dulce Bernardino e Ana Moreira.

Deu a palavra ao Presidente da CT para uma declaração inicial, em que este expressou um voto de reconhecimento pelo trabalho da Comissão de Saúde e pela oportunidade dada ao CT para fazer ouvir a sua voz, e um voto de repúdio pela forma



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

como foi retratado o trabalho dos trabalhadores do INFARMED na audição do Grupo de Trabalho do passado dia 5 de julho. Leu ainda uma carta aberta ao Ministro da Saúde, que lhe foi hoje mesmo enviada e que foi assinada por 309 dos trabalhadores da instituição.

A Deputada Fátima Ramos apresentou o requerimento que solicita a audição, salientando que qualquer decisão relativa à descentralização ou deslocalização do INFARMED tem de ser precedida de uma análise custo/benefício e só pode ser tomada se o país e os cidadãos tiverem a ganhar com isso, com a devida ponderação. Perguntou, nomeadamente, que balanço fazem deste processo, qual o seu impacto, se põe em causa o trabalho da instituição, quais as consequências da indisponibilidade já manifestada pelos trabalhadores e quando tiveram acesso ao Relatório do Grupo de Trabalho (GT).

O Deputado António Sales perguntou qual pensam que seria o melhor cenário para o INFARMED, se as fragilidades apontadas no Relatório do GT foram alguma vez transmitidas durante estes últimos anos, se os trabalhadores foram envolvidos no GT, se a instabilidade pode ser prejudicial às expetativas criadas com o Brexit e como se poderá transformar esta crise em oportunidade.

A Deputada Isabel Galriça Neto reiterou que considera a decisão precipitada e pouco fundamentada, que o Governo tem de a corrigir pois é visível que foi um erro. Perguntou que opinião têm sobre o Relatório do GT, se as oportunidades que este enumera, face à mudança, não serão concretizáveis ficando o INFARMED em Lisboa e se os compromissos assumidos face ao Brexit poderão ser cumpridos.

A Deputada Carla Cruz disse que estranhou desde a primeira hora que os trabalhadores não integrassem o GT, reforçando a necessidade de serem respeitados os seus direitos constitucionalmente previstos, como a parentalidade e o apoio à família, que não constituem absentismo. Colocou à CT questões sobre os custos da mobilidade, a formação de novos quadros e o risco de descontinuidade da atividade.

O Presidente da CT respondeu às perguntas formuladas, explicando que elaboraram uma «Errata ao Relatório do GT», agora distribuída na Comissão de Saúde, para retificar e explicar algumas das questões abordadas. Pediu ainda a distribuição de outros documentos sobre a «Taxa de absentismo no INFARMED» e sobre a «Reunião da Comissão de Trabalhadores com o Grupo de Trabalho para a Deslocalização do INFARMED para o Porto», realizada a 14 de fevereiro de 2018.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.º SL

Detalhou alguns dos aspetos focados na Errata, dizendo que houve declarações de voto aquando da aprovação do Relatório, não sendo clara a unanimidade. Quanto à posição dos trabalhadores, pensa que está bem expressa na Carta aberta que foi enviada ao Ministro da Saúde, com 309 assinaturas. Apela a que seja tomada uma boa decisão, acrescentando que a CT estará sempre disponível para discutir temas que contribuam para melhorar a atividade do INFARMED.

Bruno Cordeiro complementou, com mais algumas explicações, as informações já prestadas.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos e a colaboração, dizendo que terão sempre o apoio da Comissão de Saúde.

O vídeo/gravação da audição pode ser acedido no seguinte [link](#).

17:00

1. Discussão e votação das atas n.ºs 125, 127 e 128, de 28 de junho e de 5 e 11 de Julho

As atas n.ºs 125, 127 e 128, respetivamente dos dias 28 de junho e 5 e 11 de julho, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 468/XIII (3.ª) - Solicitam a «Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde» - Relator: Luis Soares

O Deputado Luís Soares apresentou o Relatório Final da Petição n.º 468/XIII (3.ª), sobre a regulamentação da carreira de técnico auxiliar de saúde, referindo o seu objeto, procedendo à sua análise e dando conta das diligências efetuadas, designadamente da audição dos peticionários, na qual estes reiteraram as pretensões patentes na petição. Concluiu com o parecer de que estão reunidas as condições para que a Petição possa prosseguir os seus trâmites, devendo este Relatório ser enviado ao PAR, para agendamento da Petição em plenário, e aos peticionários, para conhecimento.

Não havendo intervenções, o Presidente colocou o Relatório Final à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

3. Outros assuntos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Foi admitida e distribuída ao PS a Petição n.º 519/XIII (3.ª), «*por um serviço de drug-checking em Portugal*», tendo sido indicada, como Relatora, a Deputada Elza Pais.

Foram ainda distribuídos, para efeitos de elaboração de parecer na generalidade, o Projeto de Lei n.º 942/XIII (3.ª), do PCP, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, e a Proposta de Lei n.º 142/XIII (3.ª) ao Grupo Parlamentar do PSD.

A redação final relativa ao PJR n.º 1713/XIII (3.ª), do PCP, foi fixada por unanimidade, com as sugestões feitas pela DAPLEN.

A reunião foi encerrada às 18:14 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 julho 2018.

O PRESIDENTE

(JOSE DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 130/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Luís Vales
Teresa Caeiro

